

Está pronta a nova versão do Código de Trânsito Brasileiro

Substituto entregue ontem por Miranda a Francelino prevê penalidades severas, como multas mais elevadas e prisão para quem dirige em alta velocidade em frente a escolas

Pensão para dependentes de sem-terra mortos em conflitos

Projeto apresentado ontem pelo senador Odacir Soares autoriza o governo a conceder pensão especial de um salário mínimo a cada um dos dependentes de vítimas fatais de conflitos pela posse de terras em que tenha havido participação de força policial. Segundo o senador, os conflitos mataram 210 trabalhadores desde 1979. **Página 5**

Osmar denuncia negligência na alimentação

Página 4

Arruda prega modernização do Estado

O Brasil precisa aproveitar o momento raro de democracia e estabilidade econômica para promover mudanças substanciais que conduzam à modernização do Estado.

O ponto de vista foi defendido ontem pelo senador José Roberto Arruda, vice-líder do governo.

Página 3



Francelino (E) recebe o substitutivo das mãos de Miranda

Debate sobre Previdência Social reúne 12 senadores

O modelo de Previdência no Brasil precisa ser "reinventado", porque, pelo sistema atual, alguns pagam e outros não, e o segurado fica prejudicado, disse ontem o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) durante debate sobre a proposta de emenda constitucional instituindo regime básico unificado de previdência social, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP). A reunião foi de iniciativa do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e contou com a participação de 12 senadores, que apontaram a necessidade de novos debates sobre o assunto.

Dutra considerou "altamente positivo" o encontro, que, conforme disse, despertou interesse de diversos partidos. Compareceram ainda

os senadores José Alves (PFL-SE), Roberto Requião (PMDB-PR), Jefferson Peres (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Ademir Andrade (PSB-PA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Fogaça (PMDB-RS), Artur da Távola (PSDB-RJ) e Roberto Freire (PPS-PE).

A proposta cria direitos e deveres iguais num só regime de previdência básica, que pagaria até dez salários mínimos para os trabalhadores em geral.

A iniciativa prevê uma gestão pública e não meramente estatal porque, no comando, inclusive administrativo, estariam representantes do governo, dos trabalhadores, dos empresários e dos aposentados, com mandato outorgado pelo Congresso Nacional.

Com 340 artigos, dos quais 21 tratam de crimes, está pronta a nova versão do Código de Trânsito Brasileiro. O relator do projeto, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), entregou ontem, durante a sessão plenária, ao presidente da comissão especial, senador Francelino Pereira (PFL-MG), seu relatório com um substitutivo à proposição. A matéria será agora apreciada pela comissão.

- Estamos apresentando o que há de mais moderno em termos de código de trânsito no mundo. Há inovação em tudo - disse Gilberto Miranda, acrescentando que a proposição prevê multas que podem chegar a R\$ 878,00 e levar o infrator à prisão, caso dirija em alta velocidade em frente a uma escola.

Gilberto Miranda acrescentou que a proposta dá maior agilidade aos julgamentos nos casos de crimes de trânsito, prevê penas compatíveis com o grau do delito e sugere ainda penas preventivas e multas duras para os responsáveis pelos acidentes.

- Foi um trabalho longo. Ouvimos todos os segmentos da sociedade, juristas, promotores, advogados. Estudamos códigos europeus, do Canadá, da América do Sul - disse Miranda.

Francelino Pereira anunciou para hoje o envio do substitutivo a todos os membros da comissão, para que seja examinado com rapidez pelo Senado, e retorne à apreciação da Câmara.

Fogaça condena projeto de telefonia celular

Para senador, proposta aprovada na Câmara criando comissão para supervisionar temporariamente o setor não dá segurança aos investidores estrangeiros

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse que o projeto sobre a banda B da telefonia celular, aprovado na Câmara e ainda a ser votado no Senado, não dá segurança a quem deseja investir nesse setor no Brasil. Ele discorreu do artigo que cria uma comissão subordinada ao Ministério das Comunicações para supervisionar a telefonia até a regulamentação definitiva da matéria. O senador lembrou que, nos Estados Unidos, a FCC (Federal Communication Commission) é um órgão totalmente independente e respeitado pela sociedade. A seu ver, o mesmo procedimento deveria ser adotado no Brasil.

O parlamentar explicou que o organismo americano não opera o setor de telecomunicações com interesse político, nem serve a interesses privados das empresas. Ele também

ressaltou que sua discordância sobre a criação do órgão brasileiro, subordinado ao governo, não é uma questão pessoal. Afirmou que, como entram capitais privados nesse investimento, não pode haver uma



José Fogaça

relação clientelística de dependência com um setor que movimentava bilhões de dólares.

Fogaça considera que o sistema aprovado na Câmara é "inadequado". Relatou que, em conferência que pronunciou no

Rio de Janeiro, na segunda-feira, pôde observar como os capitais privados do mundo necessitam de confiança no Brasil para aqui investir.

- Estabelecer normas claras nesse setor não é submissão política. Significa gerar confiança nas instituições - disse o senador.

Ademir anuncia convenção do PSB

O senador Ademir Andra-de (PSB-PA) anunciou que o Partido Socialista Brasileiro realizará, neste final de semana, congressos em vários estados para renovar os diretórios e adaptar o seu estatuto à nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. O senador informou que no estado do Pará o PSB debaterá as eleições municipais, a nova lei eleitoral e as normas

do TSE.

Ademir disse ainda que o PSB paraense vai decidir se continua ou não participando do governo Almir Gabriel. Segundo o senador, delegados de 120 dos 142 municípios paraenses participarão do congresso do PSB, que deverá lançar mais de 30 candidatos às prefeituras e câmaras



Ademir

de vereadores.

- Ou o governo se abre mais ao diálogo com a sociedade organizada ou o PSB sai. O partido, além de instrumento de ação da classe trabalhadora, sustenta as bandeiras da reforma agrária e do crescimento da conscientização política em busca da justiça e da igualdade".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora do Senado.
12h30 - Recebe o diretor da Celmar (CVRD), Fábio Medeiros.
14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.
18h - Recebe o presidente do TCU, ministro Marcus Vilela.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PDL nº 171/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Globo de Recife Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Recife, estado de Pernambuco; "Ofício nº S/36/96, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação do governo do estado de Pernambuco, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado - LFTPE, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas; "Ofício nº S/34/96, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão sobre solicitação do governo do estado de Mato Grosso do Sul, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele estado - LFTMS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 96; "PLC nº 16/96, que dispõe sobre a compensação financeira entre sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação de matérias em tramitação na comissão. Plenário II do Anexo II da Câmara dos Deputados.

10h - CPI da Mineração

Pauta: Leitura, discussão e votação do relatório final da CPI. Sala 13 - Ala

Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 234/95 (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares; "PLS nº 058/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação; "PLC nº 102/95 (não terminativo), que institui a residência odontológica, cria a comissão nacional de residência odontológica, e determina outras providências; e "Diversos nº 65/95 (não terminativo), do ministro das Comunicações, encaminhando ao presidente do Congresso Nacional, proposta de texto de regulamento sobre o serviço de TV a cabo, elaborada por aquele ministério, para audiência e parecer do Conselho de Comunicação Social. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 89/92 (não terminativo), que concede isenção do IPI e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência; "PLS nº 136/95 (terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; "PLS nº 160/95 (terminativo), que dispõe sobre o exercício da profissão de agente comunitário de saúde; e "PLS nº 180/95 (terminativo), que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95 (Ordem Econômica)

Pauta: Exposição do ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Mauro César Rodrigues, sobre a Emenda nº 7. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - CPI com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista "Veja" do dia 30.08.95, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil

Pauta: Instalação da Comissão. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Arruda defende modernização do Estado

Senador prega mudanças capazes de fazer do Brasil uma nação atuante no campo social, com o governo afastado das áreas já suficientemente exploradas pela iniciativa privada

Ao lembrar que poucas vezes o Brasil teve a um só tempo liberdade, democracia e estabilidade econômica, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-líder do governo, defendeu ontem a necessidade de a sociedade aproveitar o momento para realizar mudanças substanciais, capazes de, efetivamente, modernizar o Estado brasileiro.

Arruda pregou uma revolução dos costumes que faça o Brasil tornar-se uma nação de-



José Roberto Arruda

envolvida, atuante nas questões sociais e afastada dos setores onde a iniciativa privada pode agir com eficiência.

- Se a sociedade brasileira não aproveitar essas circunstâncias favoráveis para um grande projeto de mudanças, para uma revolução da cultura, fatalmente teremos um cenário negativo - disse o vice-líder governista ao condenar as resistências à modernização promovidas pelo corporativismo.

Segundo José Roberto Arruda, o atual presidente da República herdou uma agenda histórica carregada de antigas demandas reprimidas, problemas que há muito tempo vinham se acumulando e que agora levam o Brasil para mudanças significativas.

O senador mencionou o fato de que, de janeiro de 1995 até agora, os 20% mais ricos da população brasileira perderam 2,3% da participação na renda nacional, o que significa a transferência de R\$ 13,8 bilhões dos ricos para os mais pobres. O Plano Real conseguiu esse resultado sem tabeleamento de preços e sem con-

fisco de poupança, lembrou o senador, sustentando que essa foi uma medida social que realmente transferiu renda.

APOIO

Os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo, e Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmaram, em apartes, que o pensamento de Arruda se ajusta ao que deseja a sociedade brasileira. "A necessidade de reformas é premente e o Congresso Nacional tem uma participação decisiva nisso, e não pode prolongar uma decisão que está sendo reclamada por todo o País", disse Alvares.

Policiais pedem ao Senado que altere reforma

Representantes de oito entidades de policiais civis de todo o País entregaram ontem à presidência do Senado um manifesto pedindo mudanças no substitutivo do deputado Moreira Franco à proposta de reforma administrativa no tocante à segurança pública.

Reunidos em torno do Fórum Nacional Permanente das Entidades de Classe dos Órgãos de Segurança Pública, eles argumentam, no manifesto, que o substitutivo "propõe o sepultamento da constitucionalização dos órgãos policiais e corpos de bombeiros, transferindo suas atribuições para uma legislação infraconstitucional".

Os representantes dos policiais civis alertaram para "o absoluto desrespeito ao estado democrático de direito" embutido na proposta de subordinação das polícias às Forças Armadas. Eles também são contrários ao fim dos direitos de sindicalização e de greve da categoria.

Júnia acusa FHC de fechar os olhos à realidade do País

O presidente Fernando Henrique Cardoso "está fechando os olhos à realidade", afirmou ontem a senadora Júnia Marise (PDT-MG). Segundo ela, enquanto a maioria das pesquisas de opinião pública aponta uma crescente descrença popular em relação ao governo, o presidente da República apóia-se na que foi feita pela empresa MCI para dizer que a variação nos índices de popularidade é mínima.

Segundo a senadora, o presidente também se apóia em dados irreais ao rejeitar índices sobre o aumento do desemprego no País. Há 10 milhões de trabalhadores fora do mercado de trabalho, destacou, sendo que 1 milhão deles perderam seus em-



Júnia Marise

pregos, em São Paulo, nos últimos quatro meses. Em Minas Gerais, continuou, 500 mil ficaram sem trabalho desde fevereiro deste ano.

Ao comentar esses números, o Presidente minimizou-os, dizendo que eles representam "apenas um remanejamento de trabalhadores entre os setores produtivos", afirmou Júnia Marise.

Rocha dá apoio a servidores de ex-territórios

Os servidores da União à disposição dos ex-territórios estão recebendo seus vencimentos com atraso de até 10 dias, disse ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), afirmando, entretanto, que o Ministério da Administração está sensível ao problema. Segundo o senador, a folha de pagamento dos servidores de seu estado, o Amapá, é de R\$ 20 milhões e o repasse tem sido só de R\$ 16 milhões. Ele espera que o repasse seja atualizado pelo Tesouro e que o chamado "folho" venha a ser implantado o mais rapidamente possível.

O senador também se referiu a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que concedeu *habeas corpus* a um acusado de crime de violência sexual, acrescentando temer que aquela deliberação possa constituir precedente. "Lamento é me preocupo que o STF tenha absolvido um acusado de ter violentado uma menor de 12 anos", afirmou.



Romeu Tuma

Tuma quer que Senado acompanhe o caso Nacional

O senador Romeu Tuma (PSL- SP) afirmou ontem que o Senado tem a obrigação de acompanhar a evolução das investigações sobre o caso do Banco Nacional, cuja fraude, segundo relatório publicado pela imprensa no último final de semana, chegou a R\$ 1 bilhão.

- Não podemos ficar aguardando sempre o resultado dessas investigações. Se nós abrimos mão da CPI, não poderemos abrir mão do acompanhamento do processo - disse Tuma, acrescentando que as 652 contas sofreram novo rastreamento, o que revelou que o "rombo" no Nacional chegou àquele valor.

Suassuna preside comissão do Proer

A comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.460, reedição da MP que trata do fortalecimento do sistema financeiro nacional, foi instalada ontem, tendo sido eleito presidente o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e vice-presidente o deputado Basílio Villani. O relator designado é o deputado Manoel Castro.

Suassuna marcou para a próxima semana a primeira reunião da comissão, integrada pelos senadores Jäder Barbalho (PMDB-PA), Bello Paraga (PFL-MA), Francelino Pereira (PFL-MG), Pedro Piva (PSDB-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Emília Fernandes (PTB-RS), todos titulares.

Negligência pode levar o Brasil à escassez de alimentos, alerta Osmar

Para o senador, País deixa de planejar sua produção agrícola e coloca em risco a segurança do abastecimento à população

"A fome mata mais que qualquer guerra ou epidemia, inclusive a Aids", afirmou ontem o senador Osmar Dias (PR), quando denunciou o que considera "negligência" do Brasil com o planejamento em se-

gurança alimentar. Ao anunciar a reunião de cúpula que a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) realizará este ano em Roma para discutir a fome no mundo, o senador disse que, enquanto todos os países planejam sua produção alimentar para o futuro, "no Brasil parece que nada está acontecendo".

Ele afirmou que 850 milhões



Osmar Dias

de pessoas no mundo passam fome, e que no Brasil mais de 30 milhões não comem regularmente. "O país que apresenta este quadro está numa situação grave", advertiu o senador, informando tam-

bém que 8 milhões de hectares, em todo o mundo, são incorporados anualmente a projetos urbanos, o que revela que a área plantada em todo o planeta está-se reduzindo. Disse também que, enquanto hoje há 0,3 hectare de área sendo plantada para cada pessoa, esse número cairá para 0,15 no ano 2050. E lastimou: "O Brasil está deixando o tempo passar e vai lamen-

tar mais tarde".

Conforme Osmar Dias, por negligenciar um plano de segurança alimentar, o Brasil não viabiliza o plantio próximo a zonas de consumo e, como também não tem uma visão do cenário mundial, desconhece que a União Européia reuniu os 24 países que a integram para aumentar os subsídios agrícolas já permitidos. "A União Européia optou pela segurança alimentar de sua população, tirando proveito da dinâmica mundial." Ele também anunciou que os Estados Unidos definiram em seu Orçamento a cifra de US\$ 36 bilhões de subsídios, ao ano, para os próximos sete anos, enquanto a China decidiu ampliar sua produção de 450 milhões de toneladas de grãos em mais 50 milhões.

Simon sugere que governo marque a sua "cara" com reforma agrária

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que o quadro político atual é adequado para Fernando Henrique fazer a reforma agrária. As três derrotas do governo na votação da Previdência na Câmara, semana passada, e a decisão do PFL de apoiar o candidato de Paulo Maluf em São Paulo foram destacadas pelo senador como fatores que podem levar "o governo de FHC a ter a cara de FHC". Ele sugeriu que o Presidente estabeleça um plano de reforma agrária através de medida provisória, com a mesma coragem com que editou a MP de criação do Proer.

Para Simon, à exceção do controle da inflação e das propostas de racionalização

da máquina administrativa, o governo não consegue delinear quais são suas metas. "Ainda não apareceu um plano do PSDB no governo", disse, e a reforma agrária seria a marcação de "um tento histórico".

- Vamos fazer o que os Estados Unidos fizeram há 200 anos - conclamou.

A partir da derrota na Câmara, o governo "mudou 180°" e afirmou que não barganhará votos favoráveis no Congresso, argumentou o senador. As definições partidárias dos candidatos à Prefeitura de São Paulo são, no seu entendimento, demonstração de que "foi



Pedro Simon

ruim o acordo de FHC com o PFL". Este partido, a seu ver, está muito certo em juntar-se ao PPB.

Em aparte, Ademar Andrade (PSB-PA) afirmou que o Congresso é

conservador em relação à matéria. Para Totó Cavalcante (PPB-TO), o problema da terra é estrutural e há muitas interrogações sobre a ação do Inera. Osmar Dias (PR) disse que, enquanto o Orçamento não registrar os recursos necessários ao assentamento das famílias, algumas ações do governo geram expectativas, mas são "pregação de uma ilusão".

Odacir propõe pensão a famílias de sem-terras mortos em conflito

Desde 1979 já tombaram 210 camponeses em confrontos, segundo o senador, que pretende garantir benefício a cada dependente



Benedita da Silva

Benedita apóia decisão de júri sobre chacina

A decisão de condenar os responsáveis diretos e indiretos pela chacina de trabalhadores do Movimento Sem Terra em Eldorado dos Carajás (PA), tomada por um júri simulado, foi destacada ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que considerou a sentença uma censura ao modelo de desenvolvimento econômico do País e à falta de empenho das autoridades na promoção de uma verdadeira reforma agrária.

Segundo a senadora, o tribunal popular, promovido pela CUT, Contag e federações de trabalhadores rurais faz parte das manifestações pacíficas que os sem-terra estão promovendo em Brasília com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a urgência de uma política fundiária clara e definida e se associa ao manifesto *Grito da Terra Brasil*, contra a impunidade no campo.

DUAS MEDIDAS

Benedita da Silva reclamou da dificuldade que os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra tiveram para entrar no auditório do Senado Federal, onde se realizava o julgamento. Conforme garantiu, eles receberam um tratamento diferente daquele que, por exemplo, foi dado aos empresários que recentemente estiveram no Congresso Nacional. "Não é possível que se use, numa casa de representação popular, dois pesos e duas medidas", disse a senadora, frisando que os empresários foram tratados com respeito e dignidade.

Projeto apresentado ontem pelo senador Odacir Soares (PFL-RO) autoriza o governo a conceder pensão especial, de um salário mínimo, a cada um dos dependentes das vítimas fatais decorrentes de conflitos pela posse de terras em que tenha havido a participação de força policial. A pensão será paga pelo INSS a partir do dia da morte.

Odacir Soares justificou o projeto afirmando que desde 1979 já morreram em



Odacir Soares

conflitos agrários 210 pessoas, revelando "um dos aspectos mais cruéis da injustiça social em nosso país". Para ele, as providências

adotadas para reparar essa situação, por parte do poder público, "têm se mostrado lentas e ineficazes". A pensão para os dependentes das vítimas dos conflitos da terra, conforme o senador, simboliza a preocupação do Estado com a situação de desamparo das famílias atingidas pelos conflitos, "além de contribuir para amenizar o seu sofrimento".

Dutra defende acesso de trabalhadores a auditório

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), protestou ontem contra decisão do primeiro-secretário da Casa, Odacir Soares (PFL-RO), de



Eduardo Dutra

não liberar o auditório Petrônio Portella para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) reunir os sem-terra que participaram do *Grito da Terra Brasil*. Odacir não liberou o auditório baseado em resolução do Senado, a qual existe há alguns anos, que proíbe o uso do auditório para manifestações políticas, conforme esclarecimento dado pelo primeiro-secretário ao presidente do Senado, José Sarney.

Dutra disse que o auditório foi liberado depois que Sarney retornou de viagem ao exterior. Antes, Du-

tra recorreu ao segundo-secretário, Renan Calheiros (PMDB-AL), que teria concordado com a liberação, mas depois informou à liderança do PT que Odacir

havia alertado para a proibição, conforme afirmou em plenário o líder petista.

- Os 2.500 empresários que vieram protestar contra a política econômica tiveram no Senado um tratamento privilegiado, inclusive puderam usar o auditório - afirmou Dutra.

Ele foi apoiado em seu protesto por Eduardo Suplicy (PT-SP), Sebastião Rocha (PDT-AP), Júnia Marise (PDT-MG), Pedro Simon (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PTB-RS). Sarney afirmou que sempre abriu espaços do Senado a quem vem a Brasília se manifestar.

Senado comemora dia 5 data mundial do meio ambiente

O Senado Federal realizará no dia 5 de junho, às 10 horas, sessão solene comemorativa do Dia Mundial do



Marina Silva

Meio Ambiente. A solenidade atende requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) aprovado em plenário.

Marina Silva disse que fez esse pedido com o objetivo de destacar a importância da defesa e preservação do meio ambiente no Brasil, "um país com abundância de recursos naturais". Segundo garantiu, está crescendo a consciência dos brasileiros sobre a necessidade de se ter um meio ambiente saudável na luta por uma melhor qualidade de vida a todos. Prova disso, a seu ver, está na quantidade de projetos relativos ao tema em tramitação no Senado Federal.



Reunião na Comissão de Constituição e Justiça: debate sobre como facilitar a atuação do Judiciário

Comissão de Justiça aprova três novos ministros para STJ

Ao argüir os indicados, senadores manifestam preocupação com a morosidade da Justiça e o excesso de processos nos tribunais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem, por unanimidade, as indicações dos nomes de José Arnaldo da Fonseca, Carlos Alberto Menezes Direito e Fernando Gonçalves para os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça. As três indicações, feitas pelo presidente da República, dependem ainda de aprovação do plenário da Casa.

No período de arguição, os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Es-

peridião Amin (PPB-SC), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Ney Suassuna (PMDB-PB) expressaram aos ministros indicados preocupação com a morosidade da Justiça e sobre o que fazer para aliviar a carga de processos que abarrotam os tribunais em todo o País.

O desembargador Carlos Alberto Direito destacou, a propósito, a importância da criação dos tribunais de pequenas causas, e salientou que a possível adoção do chamado efeito vinculante representa a maior esperança para dar agilidade à atuação do Judiciário. Trata-se de um instrumento jurídico segundo o qual as

decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) deverão ser acatadas pelas instâncias inferiores.

Carlos Alberto Direito elogiou a iniciativa do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) de ter apresentado proposta, já em tramitação na CCJ, instituindo a figura do efeito vinculante. O desembargador ressaltou, contudo, que esse instrumento não deve ser adotado de modo absoluto, porque isso poderia significar a "extratificação" da jurisprudência. Ele também afirmou que a aplicação integral e indiscriminada da medida poderia impedir que o juiz exercesse com independência sua função.



Jonas Pinheiro

Jonas pede apoio para suinocultura em Mato Grosso

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) dirigiu ontem apelo aos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Agricultura, Arlindo Porto, para que sejam adotadas com a máxima urgência medidas a favor da suinocultura em seu estado, Mato Grosso, evitando assim a desestruturação do setor.

- A crise na suinocultura é decorrente de um aumento da oferta de carnes no mercado e da estabilização do consumo, além da elevação generalizada dos custos de produção - informou.

Jonas Pinheiro disse que não se pode deixar também de considerar a concorrência com produtos importados, pois eles recebem subsídios de seus países de origem e ainda são exportados com vantagens fiscais e tributárias. O senador informou que, desde maio de 1995, houve uma queda de 25% a 30% no preço da carne de porco, o que tornou a exploração da cultura inviável economicamente. Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) apoiou o pronunciamento.

Médicos lutam pela aprovação de piso

Comissão de representantes de profissionais de medicina de todo o País, congregados em torno da Federação Nacional dos Médicos e do Conselho Federal de Medicina, pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, apoio para uma rápida tramitação e aprovação pela

Casa de projeto de lei que fixa piso salarial da categoria em R\$ 1.337,00, para jornada semanal de 20 horas.

Sarney disse aos médicos que o projeto estará na pauta de deliberações do plenário no próximo dia 25, juntamente com outro que trata do mesmo tema. O presidente do Se-

nado recomendou às entidades que procurem manter contatos com as lideranças partidárias, a fim de explicarem a importância do projeto e a justiça do pleito. A proposição já foi aprovada pela Câmara e pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Mauro anuncia movimento em favor dos cerrados

Membros da comissão especial querem implementação de suas propostas, como a rápida recuperação da malha ferroviária de 1.860 km que liga o Centro-Oeste ao porto de Vitória

Marluce desmente desvio de recursos do Incra em RR

"É falsa a informação divulgada no plenário do Senado de que os recursos destinados aos ocupantes de assentamentos em Roraima estão sendo desviados". Ao fazer esta afirmação, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) atribuiu a denúncia a opositores do superintendente do Incra no estado, Antônio Sousa Martins Filho, que tentavam, dessa forma, prejudicá-lo. Segundo a senadora, Antônio Martins é "um homem simples, íntegro e dedicado às causas populares,

cujas ações firmes e gestos de humanidade conquistaram a simpatia e o respeito de seus conterrâneos".



Marluce Marluce

Pinto integrou ao seu pronunciamento documentos que comprovam a correta utilização dos recursos administrados pelo Incra em Rondônia, lembrando que, tão logo tomou conhecimento da denúncia, Antônio Martins, "nada tendo a temer", solicitou ao ministro da Reforma Agrária uma auditoria, "uma devassa em sua administração".

- Não é justo que a tribuna do Senado seja usada para ludibriar a boa fé daquela gente simples e humilde. Nossos colonos necessitam de maior apoio e amparo - afirmou Marluce Pinto, lamentando que a notícia, "comentada pela *Voz do Brasil* e publicada pelo *Jornal do Senado*, mesmo se tratando de uma inverdade, ficará registrada nos anais da Casa".



Sarney recebeu ontem representantes da bancada feminina

Sarney dá apoio à campanha "Mulheres sem Medo do Poder"

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu comissão da bancada feminina no Congresso, pertencente ao movimento "Mulheres sem Medo do Poder", que foi reivindicar seu apoio para a publicação de uma cartilha destinada às candidatas a vereadoras. Sarney sugeriu à senadora Emília Fernan-

des (PTB-RS), porta-voz do grupo, que discursasse no plenário para demonstrar aos senadores a pertinência da campanha. Participaram também da audiência as senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR) e Regina Assunção (PTB-MG) e as deputadas Marta Suplicy e Esther Grossi.

Os 11 senadores da comissão especial destinada a estudar os problemas e os caminhos para ampliar a produção dos cerrados não vão se limitar a fazer recomendações, mas lutarão para que suas propostas sejam implementadas. Essa intenção foi manifestada ontem, em discurso, pelo relator da comissão, senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

O senador afirmou que o caminho para o crescimento da região dos cerrados passa pela rápida recuperação da malha ferroviária de 1.860 quilômetros do Corredor Centro-Leste, que liga o Centro-Oeste ao porto de Vitória. Conforme Mauro Miranda, o corredor só não está sucateado nos trechos que pertencem à Cia. Vale do Rio Doce.



Mauro

No próximo dia 14, a Rede Ferroviária Federal irá privatizar o corredor, e a população do Centro-Oeste espera que a privatização "possa significar o começo do fim dessa história lamentável de abandono", afirmou o senador. Ele acha que os seis anos estimados pelo BNDES para que as empresas privadas que ficarem com o corredor recuperem a ferrovia "representam um prazo longo demais para as necessidades do Centro-Oeste". Esse prazo será uma das preocupações da comissão especial do Senado.

Mauro informou que os governadores de Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Maranhão viajam no dia 3 para Washington, onde vão tentar no BID financiamento para a continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul. Na opinião do senador, "esta é uma das principais obras do País e fundamental para o desenvolvimento do Centro-Oeste".

TV SENADO

Acompanhe diariamente o desempenho do senador do seu estado. A TV Senado já está transmitindo as sessões do plenário ao vivo e os trabalhos de todas as suas comissões, através dos seguintes canais:

Cidade	Operadora	Canal
Anápolis (GO)	Net	33
Brasília	Net	53
Belo Horizonte	Multicanal	41
Curitiba	Net	35
Florianópolis	Multicanal	43
Franca (SP)	Net	9
Goiânia	Multicanal	14
Jundiaí (SP)	Net	5
Piracicaba (SP)	Net	30
Porto Alegre	Net	17
Santa Maria (RS)	Net	47
Santos (SP)	Multicanal	14
São Carlos (SP)	Net	6
São Paulo	Net	6
São Paulo	Multicanal	14
São Paulo	TVA	64

Ornelas propõe o fim da guerra fiscal entre estados

Projeto confere ao Senado competência de fixar critérios para concessão de incentivos à atração de investimentos, buscando equilíbrio em benefício das regiões carentes



Esperidião Amin

Amin pede que BC facilite crédito a Santa Catarina

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu ontem ao Banco Central que facilite a liberação de um crédito de R\$ 20 milhões destinados aos pequenos produtores de Santa Catarina. Segundo o senador, a matéria chegou somente nesta quarta-feira ao Senado e o BC estipulou que o prazo para a destinação daqueles recursos acaba na sexta-feira (dia 31).

Amin disse que já entrou com o pedido de urgência para a apreciação da matéria, mas, segundo informou, regimentalmente é impossível aprovar o projeto em tão curto espaço de tempo. Ele lembrou que o estado do Rio Grande do Sul, que vai receber R\$ 24 milhões, terá um prazo de 274 dias após a aprovação da matéria pelo Senado.

A fixação de critérios para a concessão de qualquer tipo de benefício ou incentivo fiscal pelos estados da Federação será da competência do Senado Federal, caso seja aprovada proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador

Waldeck Ornelas (PFL-BA). Entre outras medidas, a proposição determina que as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e às prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais. O senador



Waldeck Ornelas

pretende, assim, inibir a ação legisferante do Confaz e acabar com a "guerra fiscal" desencadeada por estados e municípios interessados em atrair investimentos externos.

Ornelas disse que os estados, no afã de atrair investimentos, não estão respeitando as normas legais que regulam a concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS, "com graves prejuízos para as populações mais carentes". Como exemplo, citou o "explícito festival de acenos" praticado pelos estados da região Sul e Sudeste

interessados em abrigar montadoras de veículos que desejam se instalar ou ampliar sua produção no País.

- Esta proposição busca resgatar a função legislativa, cometendo-a ao Senado, Casa competente para dispor cabalmente a respeito de assuntos de natureza financeira e tributária e que, representando as unidades da Federação, é o foro apropriado para a tomada de decisões atinentes à matéria - afirmou Ornelas, garantindo que o Senado poderá encontrar o equilíbrio que, sem prejudicar os estados mais desenvolvidos, favoreça algum investimento para as regiões mais carentes.

Freire reivindica direito de integrar comissão

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu ontem ao presidente do Senado que decida se tem o direito a participar de uma comissão do Senado, já que pertence a um partido que tem apenas um representante na Casa. Freire disse que vinha participando como titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas no início desta sessão legislativa foi informado de que ele e o senador Romeu Tuma (SP), do PSL, que também só tem um representante, deveriam decidir qual dos dois seria titular na

comissão e qual seria suplente.

- Quero que a Mesa decida esse assunto levando em consideração dois aspectos: primeiro, não posso ficar sem nenhuma comissão, para que amanhã não me chamem de desidioso. Segundo, não vou para a comissão em que queiram me colocar; quero ter o direito de escolher. Se por acaso não tiver o direito de escolher, gostaria que ficasse claro que não participarei de qualquer comissão. Considero um desrespeito um único parlamentar de um partido não ter



Roberto Freire

o direito de escolher a comissão que lhe interessa - afirmou Roberto Freire.

O presidente José Sarney informou que irá conversar com as lideranças dos partidos a fim de encontrar uma solução para o problema.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amural

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal